

SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



Pela valorização do serviço público

José Maria dos Santos - presidente



O momento político que atravessamos em Minas Gerais repercute em toda a organização sindical. A greve dos educadores do Estado e a intransigência do governo de negociar, demonstra como está sendo a postura Tucana, demarcando as mesmas dificuldades enfrentadas nas negociações salariais

com os trabalhadores nas empresas estatais.

Nós mesmos na Copasa vivenciamos extremas dificuldades, exigindo também uma greve para flexibilizar o diálogo, para chegarmos até o Acordo 2011/2012. As negociações com a Copasa foram desgastantes com a nítida intenção de tirar direitos constitutidos nas lutas dos trabalhadores. Recentemente a empresa quis acabar com nossa cesta básica, medida que visava apenas satisfazer a sede de lucros dos acionistas. Desde que vendeu ações, a Copasa deixou de ser uma empresa essencial para a saúde da população para se transformar em máquina pública para gerar receita para investidores.

Não podemos mais aceitar que os recursos públicos continuem sendo desviados para pagar milhões em lucros para acionistas e construir obras faraônicas, sem que o Governo de Minas cumpra a sua função de atender a população e sem fazer os investimentos necessários e exigidos pela Constituição para oferecer melhores condições de vida ao povo mineiro.

A educação vai de mal a pior, mas no saneamento não tem sido diferente. A Copasa, nos últimos três anos distribuiu mais de R\$ 500 milhões para os acionistas e acena em estudos para implantação da Parceria Público Privada (PPP) em obra de extensão do sistema Rio Manso.

O SINDÁGUA se posiciona contra este tipo de procedimento por entender tratar-se de "privatização disfarçada" de atividade essencial ao povo mineiro no setor básico de saneamento.

Fique de olho para o acordo ser cumprido

O Acordo Coletivo 2011 estabeleceu uma série de conquistas para a categoria, muitas delas sendo implementadas segundo um cronograma, como as etapas do PCCS. A empresa ficou de definir também as comissões descentralizadas do GADVI, finalmente eliminando as distorções nos julgamentos de acidentes com veículos.

Inúmeros outros compromissos assumidos oficialmente pela Copasa serão implantados gradativamente, como áreas para estacionamento, lavagem de uniformes, que devem ser fiscalizados e apontados pelos trabalhadores ao sindicato para exigir os direitos da categoria.

Alertamos todos os companheiros para ficarem atentos, garantindo plenamente as conquistas de nossa luta.

PÁGINA 2



Depois da Greve, fiscalizar as conquistas

NOSSOS PROFESSORES MERECEM RESPEITO

100 DIAS DE GREVE! Os trabalhadores no ensino são obrigados pelo Governo do Minas a manterem sua luta histórica para terem respeitado o pagamento do piso salarial nacional.

O Governo torce informações e segura a greve, em prejuízo de todo o sistema educacional do Estado. **PÁGINA 2**

Sub-sedes abrem lutas no interior

As sub-sedes instaladas do SINDÁGUA no interior já realizam trabalho intenso, realizam negociações e fecham acordos coletivos. Acompanhe o trabalho. **PÁGINA 4**

CUT-MG realizou sua XII Plenária

Os representantes dos sindicatos cutistas de Minas realizaram a XII Plenária e tiram posição de defender os sindicatos contra a intervenção do Estado. **PÁGINA 3**

Categoria deve fiscalizar implantação do PCCS

Lavagem de uniforme e áreas para estacionamento

O sindicato foi informado que a empresa já comunicou aos gerentes para providenciarem duas conquistas muito cobradas durante as negociações do último acordo coletivo: a lavagem de uniformes para trabalhadores que exercem trabalho com esgotos e outras atividades que redundem em contaminação e também a liberação de áreas para estacionamento para veículos de trabalhadores dentro da empresa.

A lavagem de uniformes é obrigação da empresa, sabendo-se, sobretudo, que os trabalhadores lidam com agentes insalubres, sendo que é inadmissível que estas vestes deixem de ser limpas com todo o rigor por mecanismos industriais, que envolvem processos de esterilização, com os cuidados necessários contra quaisquer formas de contaminação.

Estacionamento - A luta para que a empresa ceda áreas para comportarem veículos dos trabalhadores se transformou em necessidade emergencial, sobretudo nos grandes centros urbanos, onde acontece grande incidência de danos e roubos de carros. A questão, muito debatida não entrou nas cláusulas do acordo coletivo, mas constou em documento da empresa se comprometendo em resolver o problema em tempo hábil. Documento já foi inclusive expedido pela SPRH para os gerentes, no sentido de viabilizarem as medidas, tanto da lavagem dos uniformes quanto da cessão de áreas para estacionamento.

O Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) é uma das maiores conquistas dos trabalhadores nos últimos anos. Nossa campanha salarial deste ano colocou o PCCS como prioridade absoluta, momento em que denunciemos à direção da empresa a falta crônica de trabalhadores nos postos de trabalho, comprometendo seriamente as atividades e sobrecarregando companheiros com excesso de trabalho, exercendo funções além de seus cargos.

Através de negociação dura, envolvendo inclusive uma greve, intervenção do presidente do Conselho de Administração da Copasa e compromisso protocolado no Ministério Público do Trabalho, a categoria acabou conquistando o documento do PCCS dentro do Acordo Coletivo de trabalho, o que



transforma todas as etapas programadas passíveis de serem cobradas. As várias etapas de implementação do PCCS devem ser acompanhadas por todos os trabalhadores, sempre comunicando ao sindicato quaisquer distorções que ainda perdurem e descumprimento das regras gerais para a administração de cargos e salários dentro da empresa. Lembramos que o PCCS é nosso principal instrumento de cobrar transparência administrativa e de exigir que os sistemas de promoção e ocupação de postos de trabalho sejam norteados por princípios de justiça e de isonomia.

Trabalhadores cobram a instalação das comissões de GADVI no Estado

Regulamentadas depois de um longo tempo e luta intensa desde o acordo coletivo de 2010 até este último de 2011, as grandes injustiças contra os trabalhadores que exercem a dupla função de dirigirem veículos para a empresa podem chegar ao fim.

Para que os problemas comecem a ser solucionados é necessária a formação das comissões de GADVI, através da nomeação dos seus integrantes em todo o Estado, descentralizando os julgamentos e abrindo ainda a comissão central como segunda instância de

apelação. Mesmo estando regulamentado em Acordo Coletivo, que protege os trabalhadores envolvidos em sinistros contra os abusos cometidos antes, os companheiros manifestam ansiedade pela demora da constituição das comissões para exercer tranquilamente

Nilo é nosso nome de unidade para o CREA

O SINDÁGUA apoia a candidatura do ex-presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Minas Gerais (Senge-MG), Nilo Sérgio, à presidência do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia (CREA-MG), instituição que defende o exercício regulamentado dos profissionais da área tecnológica, de forma a oferecer segurança e qualidade à própria população.

A eleição acontecerá no dia 8 de novembro deste ano. Nilo foi responsável pelo grande salto na organização do Senge-MG, ampliando as negociações com as empresas em todo o Estado.



Sua gestão intensificou a luta para garantir o piso salarial da categoria na Copasa e, sobretudo, para a que a GDI incidisse sobre o piso e não fosse incorporada para atingi-lo, como pretendia a empresa. Em contrapartida, foi em sua gestão que se verificou a maior participação dos engenheiros na entidade, revigorando e ampliando a representividade do Senge-MG.

Entendemos que seu nome reforça nossa luta pelo saneamento e amplia a força da nossa categoria em um processo de integração das entidades

SINDÁGUA Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

Presidente: José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - **Diagramação:** Luiz Carlos Nicolau - **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Gráfica do Gaúcho

Rua Congonhas, 518 - Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224 CEP: 30330-100
www.sindagua.com.br e-mail: sindagua@sindagua.com.br - Jornal SINDÁGUA comunicacao@sindagua.com.br

Greve dos professores completa 100 dias

Descaso do Governo de Minas com os serviços públicos

O descaso do governo de Minas com os servidores públicos e com a educação leva os professores da rede estadual a manterem a greve por tempo indeterminado. No dia 15 de setembro de 2011, foram completados 100 dias de paralisação, sem que o governo de Minas se dispusesse a negociar verdadeiramente com os educadores mineiros e atender as reivindicações por melhores salários e condições de trabalho.

Assim como foi feito durante as negociações da Copasa, estão sendo utilizadas contra-informações para tentar desmobilizar a categoria e prejudicar a imagem do sindicato. O governo do Estado tem usado inúmeras artimanhas para complicar ainda mais a situação, demonstrando que a política de intransigência dos tucanos será adotada em todas as negociações salariais.

O governo alega que se atender as reivindicações dos trabalhadores estaria descumprindo a nociva lei 101 (responsabilidade fiscal). Esta lei é aquele tipo de remédio que mata em vez de proteger ou curar.

A lei estabelece como limite de despesas com pessoal, o percentual de 49% da receita corrente líquida do Estado. O governo estadual afirma

que já ultrapassou o limite permitido

Governo tenta enrolar a população

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Executivo Estadual, mais recente disponível no site do Tesouro Nacional traz as receitas e despesas com pessoal no primeiro quadrimestre de 2011, de janeiro a abril. No dia 25 de fevereiro, o Sindute entregou a pauta de reivindicação, cujo item principal era o pagamento do Piso Salarial Nacional Profissional. Naquela data, o executivo estadual gastava com pessoal em média, 46,53% da receita corrente líquida. Havia, portanto, uma margem razoável para pagar o piso e ainda assim estaria dentro do limite máximo de 49%. Segundo a secretária de Estado, Renata Vilhena, o impacto na folha de pagamento para atender as reivindicações dos trabalhadores da educação seria em torno de 3,44%, o que elevaria a despesa com pessoal em 1,72%, totalizando 48,25%, abaixo ainda do valor fechado em dezembro de 2010 que ficou em 48,61%.

O SINDÁGUA-MG, assim como outras entidades sindicais, movimentos sociais, câmaras municipais e outros órgãos, apoia a paralisação



dos professores estaduais e repudia as táticas do governo do Estado de desqualificar a organização da classe trabalhadora. Basta de "choque de gestão", os trabalhadores querem respeito, diálogo e negociações democráticas.

Proposta rejeitada por ampla maioria – Depois que o movimento

dos professores ganhou a adesão da população, o governador resolveu apresentar uma proposta que estampou os jornais e veículos de comunicação. Infelizmente, o descaso com os professores e também com a legislação foi mantido na proposição governamental.

Proposta do governo não cumpre a lei 11.738

A tabela de salários do magistério estadual tem 90 faixas salariais. Hoje ela começa em R\$ 369,89 (nível IA) e vai até o valor de R\$ 1.512,14 (nível VIP). A coisa é tão ridícula, que numa tabela de salários que deveria iniciar em seu nível IA com o valor de 712,20 e ter 89 faixas salariais superiores, passa a ter 42 faixas idênticas ao nível IA. Praticamente a metade da tabela de salários seria achatada no valor de R\$ 712,20, e, o que deveria ser piso vira teto para a esmagadora maioria dos profissionais.

Para apoiar os trabalhadores da educação, o SindUTE abriu uma conta corrente para receber doações. Banco: Caixa Econômica Federal Agência: 0086 Operação: 03 Conta: 1137-5

CUT faz plenária e tira posição em Minas

Foto: Eficaz/Comunicação/MPerez



Os sindicatos filiados à CUT realizaram nos dias 9, 10 e 11 de setembro, no SESC Venda Nova, em Belo Horizonte, a XII Plenária da CUT-MG, com a preocupação dominante da forma truculenta que o governo do Estado enfrenta as lutas dos trabalhadores em Minas. A longa greve dos professores dominou os debates, arregimentando apoio de todas as entidades sindicais para a luta e denúncia das informações truncadas que o governo veicula através da mídia.

Os 227 representantes de sindicatos, dentre os quais 11 delegados do SINDÁGUA-MG deliberaram que as entidades devem

entrar na mobilização de esclarecimento de suas respectivas categorias e da população em seus municípios sobre os reais motivos da greve dos professores, porque ela

alonga e a trágica situação vivida no setor educacional do Estado.

Ainda na XII Plenária, foi decidida uma mobilização geral contra a intervenção do governo e dos patrões na organização do movimento sindical, preservando a autonomia e liberdade dos trabalhadores em seus instrumentos de luta.

Os participantes dedicaram a Plenária à memória de Dona Helena Greco, em sua luta incessante pelos direitos humanos. Foram eleitos 22 delegados de Minas para participarem da Plenária

Nacional, em São Paulo. Entre eles, o presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, e pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU),

SINDÁGUA EM TODO O ESTADO

Subsedes organizam negociações coletivas com subsidiárias

As subsedes do SINDÁGUA-MG já estão em pleno funcionamento. Além de atuarem nas questões regionais dos trabalhadores copasianos, organizam as negociações coletivas da Copanor, Águas Minerais e Águas de Irrigação, empresas subsidiárias da Copasa.

O vice-presidente do Sindicato Wanderley Miranda da Silva, da subsede de Almenara, é o responsável pelas negociações com a Copanor, data-base em 1º de novembro. Percorre as localidades da subsidiária – Salinas, Diamantina, Teófilo Otoni e Almenara – para aprovar a pauta de reivindicações e eleger representantes sindicais em cada núcleo.

A negociação com a empresa de Águas Minerais também é feita com a Copasa e está sendo organizada pelo diretor da subsede de Varginha, Rogério Lourenzoni. A pauta de reivindicações foi aprovada pelos trabalhadores e entregue à empresa dia 12 de setembro. O SINDÁGUA cobra o início das negociações, que irão beneficiar as seguintes localidades: Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá.

Já a subsede de Montes Claros, de responsabilidade da diretora Rita de Cássia Queiroz Oliveira, negocia com a Copasa a campanha salarial da empresa de Águas de Irrigação do Jaíba.

A pauta de reivindicações já foi entregue, com a data-base definida em 1º de outubro.

Outras campanhas salariais

O SINDÁGUA-MG também representa os trabalhadores em saneamento de empresas privadas e em concessões de prefeituras, os SAAEs – Serviço Autônomo de Água e Esgoto. As campanhas salariais são individualizadas e as negociações são feitas diretamente com cada empresa.

PRIVADAS

As empresas privadas Águas de Bom Sucesso, Sanarj e Cosagua, que possuem o mesmo representante patronal, as negociações foram resolvidas no Tribunal Regional do Trabalho

(TRT), após paralisação dos trabalhadores. O acordo coletivo foi fechado por dois anos 2010 e 2011, prevendo reposição das perdas salariais do período, reajustes na cesta básica e ganho real de 1% referente ao ano passado e 2% para este.

SAAES

Já foram entregues as pautas de reivindicações dos SAAEs das cidades de Sete Lagoas, Oliveira e Carangola e as negociações estão sendo organizadas pelos diretores Gercianisio Damasceno e José Geraldo do Nascimento.

SINDÁGUA: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2010

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITA SOCIAL	R\$ 2.112.322,52	DEPARTAMENTO IMPRENSA	R\$ 286.839,12
MENSALIDADES	R\$ 2.112.322,52	DESPESAS TRABALHISTAS/ENCARGOS SOC	R\$ 224.068,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 368.861,12	DESPESAS DIVERSAS DEPTO IMPRENSA	R\$ 62.770,65
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R\$ 368.861,12	DEPARTAMENTO JURÍDICO	R\$ 296.697,26
RECEITA APOSENTADOS	R\$ 116.599,29	DESPESAS DIVERSAS DEPTO JURÍDICO	R\$ 296.697,26
MENSALIDADES	R\$ 113.158,90	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	R\$ 329.370,52
DANOS MORAIS	R\$ 3.440,39	DESPESAS TRABALHISTAS/ENCARGOS SOC	R\$ 328.199,08
RECEITAS EVENTUAIS	R\$ 64.576,62	DESPESAS DIVERSAS DEPTO ADMINISTR	R\$ 1.171,44
Receita de patrocínio	R\$ —	DEPARTAMENTO FINANCEIRO	R\$ 124.307,84
Recuperação de despesas	R\$ 2.265,56	DESPESAS TRABALHISTAS/ENCARGOS SOC	R\$ 115.104,27
Comissões	R\$ 62.311,06	DESPESAS DIVERSAS DEPTO FINANCEIRO	R\$ 9.203,57
Comissões s/seguros	R\$ 61.900,02	DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO SINDICAL	R\$ 295.520,09
Taxa de colônia de férias	R\$ 381,04	SEMINÁRIOS E CONGRESSOS INTERNOS	R\$ 277,66
Venda de camisetas	R\$ 30,00	SEMINÁRIOS E CONGRESSOS EXTERNOS	R\$ 6.325,98
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 55.013,86	DESP. COM A CAMPANHA SALARIAL/COPASA	R\$ 144.995,61
RENDIMENTO POUPOANÇA	R\$ —	DESP. CAMP SALARIAL OUTRAS EMPR.SANEA	R\$ 60,00
REND APLIC FINANCEIRA	R\$ 55.013,86	DESP. DO CONTSEMG	R\$ 143.860,84
JURO/DESCONT OBTIDOS	R\$ —	DEPARTAMENTO DAS MULHERES	R\$ 8.900,20
REC S/EMPRESTIMOS	R\$ —	SECRETARIA DA MULHER (conf. camisetas)	R\$ 8.900,20
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 2.717.373,41	DEPARTAMENTO DOS APOSENTADOS	R\$ 59.658,16
		DESPESAS GERAIS	R\$ 59.658,16
		DEPARTAMENTO DA DIRETORIA	R\$ 809.088,50
		REUNIÃO DE DIRETORIA (Plena e executiva)	R\$ 96.579,00
		hospedagem/alimentação	R\$ 36.372,00
		deslocamento	R\$ 35.087,50
		passagens/combustível	R\$ 25.119,50
		REUNIÕES DIV/TRAB BASE SIST(Previdinias)	R\$ 110.824,09
		DESP. COM ELEIÇÃO DE DELEGADOS	R\$ 574,00
		DESP. SAAE/PRIVADAS	R\$ 7.348,41
		DESP. COM DIRETORES (Até julho o Sindagua assumia 100% dos salários dos dir. liberados, a partir julho/2010 conf ACT passou a assumir 50%)	R\$ 572.409,02
		DESP. COMISSÕES ACT 2010 (plano saúde, GADVI, PCCS, AECO, periculosidade)	R\$ 21.353,98
		DESPESAS ASSESSORIAS ADMINISTRAÇÃO	R\$ 428.536,96
		DESP. FIXAS (água, luz, telef fixa e móvel)	R\$ 166.290,87
		DESP. MATERIAIS (limpeza, descart, lanche)	R\$ 47.366,39
		CONTRIBUIÇÕES CUT	R\$ 43.596,90
		CONTRIBUIÇÕES FEDERAÇÃO TRAB MG	R\$ 12.672,74
		OUTRAS CONTRIB. (DIAR, DIEESE)	R\$ 16.449,60
		DESPESAS OPERACIONAIS (coroa de flores, correios, manual, confraternizações, deslocam)	R\$ 142.160,46
		VEÍCULOS (combustível, manutenção, seguro)	R\$ 18.319,86
		ENCARGOS NÃO OPERACIONAIS	R\$ 2.348,41
		ENCARGOS FINANCEIROS (juros financeiros taxas bancos originados do pagto. da PL.)	R\$ 2.994,61
		TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 2.662.581,53

DEPARTAMENTO DE APOSENTADOS DO SINDÁGUA-MG — DEAPES

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO 2011/2012		DEMONSTRATIVO SINTÉTICO 2011/2012	
RECEITAS		DESPESAS	
MENSALIDADE SOCIAL	R\$ 125.000,00	Festas/confraternização	R\$ 2.000,00
DOAÇÕES	R\$ 1.900,00	Despesas com alimentação	R\$ 11.000,00
DANOS MORAIS	R\$ 6.980,00	Despesas com correios	R\$ 5.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 131.980,00	Despesas com aerox	R\$ 500,00
		Despesas com telefonia	R\$ 1.500,00
		Despesas com transporte	R\$ 8.000,00
		Desp. Processo Pl. saúde/C. básica/Aposentada	R\$ 11.000,00
		Despesas material esportivo	R\$ 1.000,00
		Despesas com congressos/viagens	R\$ 1.000,00
		Despesas com assunto Previdinias	R\$ 4.000,00
		Despesas informas	R\$ 68.000,00
		TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 131.000,00

BALANÇO FINANCEIRO - REFERENTE - ANO 2010

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL	R\$ 791.584,93	CREDORES DIVERSOS	R\$ 173.542,90
CONTA DEAPES	R\$ 509.572,41	CONVÊNIO COLÔNIA DE FERIAS	R\$ 4.971,40
CONTA SINDÁGUA	R\$ 282.012,92	CHEQUES A PAGAR	R\$ 12.288,88
DEVEDORES DIVERSOS	R\$ 167.678,57	REPASSE DIVERSOS	R\$ 2.778,81
DÉBITO EMPR. SEGURO LICENÇ E APOSE	R\$ 94.209,73	VALORES A PAGAR (dias parados semitidos)	R\$ 8.949,35
DÉBITO EMPR. COLÔNIA LICENÇ E APOSE	R\$ 38.944,51	VALORES A PAGAR (PL2008 semitidos)	R\$ 98.863,00
CONSORCIO NACIONAL LIDERAUTO	R\$ 34.528,83	VALORES A PAGAR (processo eleitoral)	R\$ 75.811,08
ADIANTAMENTO DA FOLHA	R\$ 24.955,84	OBRIGAÇÕES SOCIAIS (INSS, FGTS, RL, PIS)	R\$ 18.894,26
INVESTIMENTO (SOFTWARES/SISTEMAS TELE	R\$ 22.479,22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.371.131,01
IMOBILIZADO	R\$ 557.760,01	RESULTADO DO EXERCÍCIO 2010	R\$ 54.791,88
IMOVEIS	R\$ 384.263,68	RESULTADO ACUMULADO	R\$ 1.316.339,13
VEÍCULOS / MOBILIÁRIO	R\$ 173.496,33	TOTAL	R\$ 1.563.568,17
TOTAL	R\$ 1.563.568,17		